



TÍTULO: A ESCALA(DA) E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO: O PLANO COLÔMBIA COMO REPOSICIONAMENTO POLÍTICO MILITAR (RPM)

Autor: SANTOS, Diogo Chaves Leiras dos.¹

RESUMO

O Plano Colômbia, lançado em 1999, surge diante de uma narrativa de combate e “guerra às drogas”, além de ser um programa voltado para a erradicação de cultivos ilícitos com o uso de glifosato. Ancorado ao código geopolítico global da prevenção, o Plano Colômbia leva à escalada da internacionalização do conflito armado colombiano que perdura a mais de sessenta anos desde a oficialização dos grupos de guerrilha de esquerda no país. Até a década de 1990, estes eram considerados como Conflitos de Baixa Intensidade (CBI), passando para a condição de terroristas pela política de “guerra ao terror” adotada pelos Estados Unidos da América (EUA) no início do século XXI. Os ex-presidentes colombianos Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018) com os ex-presidentes estadunidenses Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2017) foram determinantes para a implementação e execução do Plano Colômbia ao longo de 15 anos. Com o Acordo de Paz em Havana (Cuba), assinado no ano de 2016, o Plano Colômbia foi dado como encerrado. No entanto, no ano de 2018, a República da Colômbia recebeu o aval da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para ser a primeira sócia global da organização na América Latina, o que configura o Plano Colômbia com um plano de Reposicionamento Político-Militar (RPM) dos EUA no hemisfério Ocidental.

Palavras-chave: Plano Colômbia, Estados Unidos da América, território, escala.

RESUMEN

El Plan Colombia, lanzado en 1999, surge de una narrativa de combate y “guerra contra las drogas”, además de ser un programa destinado a erradicar cultivos ilícitos utilizando glifosato. Anclado en el código geopolítico global de prevención, el Plan Colombia conduce a la escalada de la internacionalización del conflicto armado colombiano que dura más de sesenta años desde la oficialización de los grupos guerrilleros de izquierda en el país. Hasta la década de 1990, estos fueron considerados Conflictos de Baja Intensidad (CBI), convirtiéndose en terroristas debido a la política de “guerra contra el terrorismo” adoptada por Estados Unidos de América (EE.UU.) a principios del siglo XXI. Los expresidentes colombianos Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) y Juan Manuel Santos (2010-2018) con los expresidentes estadounidenses Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) y Barack Obama (2009-2017) fueron decisivos para la implementación y ejecución del Plan Colombia a lo largo de 15 años. Con el Acuerdo de Paz de La Habana (Cuba), firmado en 2016, el Plan Colombia se dio por cerrado. Sin embargo, en 2018, la República de Colombia recibió la aprobación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) para ser el primer socio global de la organización en América Latina, lo que configura el Plan Colombia como un plan de Reposicionamiento Político-Militar (RPM) de los EE.UU. en el hemisferio Occidental.

Palabras clave: Plan Colombia, Estados Unidos de América, territorio, escala.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP). E-mail: diogochaves.geo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o século XVIII, os Estados Unidos da América (EUA) vem promovendo uma política de domínio de territórios na América Latina e no Caribe. Essa prioridade estratégica reconhece vários fatores, dentre os quais intervenções militares, ocasionando zonas crônicas de instabilidades e turbulências políticas, bem como gerando uma área de segurança militar, seja para controlar os depósitos de imensos recursos naturais seja como uma retaguarda militar no hemisfério ocidental.

Nessas circunstâncias, em especial, a República da Colômbia² tem se destacado como uma das principais alianças da política externa estadunidense, tornando-se central no jogo das relações de poder no século XXI. Nesse sentido, o conflito armado colombiano, relacionado às guerrilhas políticas (GALEANO, 2010) e que já perdura a quase sessenta anos no país desde a oficialização da insurgência armada na década de 1960, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), em grande medida, é manipulado pelas ordens que vem de Washington. Assim, até o final da década de 1990, esses grupos armados de esquerda eram considerados pelos EUA como “conflitos de baixa intensidade” (CBI) (CAYCEDO, 2005, p. 59), sendo modificado, em 1997, quando as FARC e o ELN passaram a ser declarados como organizações terroristas pelos EUA³.

Portanto, uma das ações militares entre os dois países é o chamado Plano Colômbia, que começa a vigorar a partir de meados de 1999 sob a narrativa de combater o narcotráfico internacional e como um programa de erradicação de cultivos ilícitos. Porém, para Caycedo (2005) o plano se trata de tipo de ação político-militar.

Um pouco antes da virada do milênio, a internacionalização do conflito é intensificada a partir dos anos 2000 com o ocorrido nas torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 em Nova York. A nova matriz que predomina na política externa dos EUA agora é a doutrina de “guerra ao terror”, gerando uma mudança de ênfase do Plano Colômbia em relação à ação contra-insurgente diante do rótulo antiterrorista. Essa modificação de conduta é atribuída ao código geopolítico da prevenção⁴.

² A República da Colômbia, um dos países situados à noroeste da América do Sul, é integrante da região andina e possui acessos ao mar do Caribe e ao Oceano Pacífico, além de ter boa parte de seu território localizado na Floresta Amazônica. E devido às suas particularidades geográficas e socioespaciais, esse país estabeleceu, desde muito tempo, uma relação muito íntima com os EUA.

³ Disponível em: <https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/>.

⁴ O código geopolítico global da prevenção tem como princípio se prevenir (de um possível ataque inimigo) para não deixar de exercer uma função dominante e sempre estar preparado, o que gerou descentralizações, territorializações e reposicionamentos militares nos territórios latino-americanos através da “disposição territorial antecipada e preparação” (PINA, 2007, p. 108).

O Plano Colômbia foi umas das primeiras experiências militares dos EUA na América Latina no século XXI. Trata-se de um plano de Reposicionamento Político-Militar (RPM). As interações entre os ex-presidentes dos EUA Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2017) com os ex-presidentes colombianos Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018) foram fundamentais para a implementação do Plano Colômbia desenvolvendo ações militares na América Latina.

Portanto, o Plano Colômbia, como um plano de RPM de médio a longo prazo, priorizou os setores militar e policial colombianos. Dessa forma, nos interessa apresentar como ocorreram as variações nas assistências de segurança dadas à esses setores em dois períodos, 2000-2011 e 2011-2018, destacando os ex-presidentes estadunidenses e colombianos citados, além de refutar a ideia de encerramento do Plano Colômbia com a assinatura do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as FARC em Havana (Cuba) no ano de 2016. Uma das justificativas foi a condição dada a Colômbia como o primeiro país da América Latina a ser sócia global da OTAN em 2018.

INÍCIO

A frase “Estados Unidos não tem amizades permanentes, têm objetivos e interesses permanentes” (BORON, 2012, p. 64) dita por John Quincy Adams, secretário de Estado do ex-presidente James Monroe (1817-1825), estabeleceu que, com a Doutrina Monroe, os EUA, desde muito cedo, promovesse uma política de dominação de territórios na América Latina e do Caribe gerando uma espécie de retarguarda militar frente as potências europeias no hemisfério ocidental. Logo, a aplicação da doutrina sempre esteve condicionada aos interesses permanentes de Washington.

Mas, no início do século XX, em 1904, esse doutrina é “aperfeiçoada” pelo ex-presidente Theodoro Roosevelt (1901-1909) afirmando que “se algum país das Américas fosse ameaçado ou atacado à propriedade de cidadãos ou empresas estadunidenses, ou reduzisse seus direitos, Washington seria obrigado a intervir nos assuntos internos do país em questão para reestabelecer a ordem e o império da lei” (op. cit. p. 65).

Portanto, a América Latina torna-se, para os EUA, a região do mundo mais importante. São muitos os motivos pelos quais podemos destacar, mas de certo é que seja minimamente para controlar o acesso aos recursos naturais que tem a região para continuar despertando a voracidade do império e do capital. Segundo Boron (2012):

la prioridad estratégica de América Latina reconoce varios factores causales. En primer lugar es su vecina, atravesada por profundas injusticias y en permanente fermento prerrevolucionario. Una vecina a la cual, como ocurriera en México, le ha arrebatado buena parte de su territorio. Es, además, su frontera con el Tercer Mundo, con el subdesarrollo. Es también su *hinterland*, **su área de seguridad militar**, la zona con la cual comparte la ocupación de la gran isla americana que se extiende desde Alaska hasta Tierra del Fuego, separada de las demás masas geográficas terrestres y, más todavía, depósito de inmensos **recursos naturales** (...). Todo eso hace que Nuestra América sea una periferia sometida al insaciable apetito del imperio, que saquea y domina a pueblos y naciones, generando con ello una vasta zona de crónica **inestabilidad y turbulencias políticas** que brotan de su condición de ser una riquísima región lindera con el centro imperial y, a la vez, la que exhibe la peor y más injusta distribución de ingresos y riquezas del planeta. Esas y no otras son las razones de la temprana formulación de la Doctrina Monroe; son también factores que explican las causas estructurales (no ocasionales) de más un centenar de **intervenciones militares norteamericanas** en la región; de innumerables “golpes de mercado”; de tantos asesinatos políticos, sobornos, campañas de desestabilización y desquiciamiento de procesos democráticos y reformistas perpetrados contra una región (...) (p. 68-69. Grifos nossos).

Além do mais, em função do desenvolvimento tecnológico da indústria de petróleo, a América Latina tem chamado a atenção, desde a muito tempo, por ser um ponto estratégico onde se encontram as maiores reservas dessa riqueza no mundo, vide Venezuela⁵, um dos principais membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esse produto é fundamental para o padrão de consumo estadunidense⁶.

Nessa medida, não por acaso, até os eventuais dias, como se tem mostrado ao longo do século XX, os EUA impuseram práticas predatórias para a exploração da natureza e o desperdício de inúmeros recursos naturais para sustentar o seu padrão exarcebado de consumo no sistema capitalista, que é essencial para o império e para a própria sobrevivência do

⁵ Nuestra América es la región del planeta que puede ofrecer un suministro más cercano, previsible y seguro a Estados Unidos, dato harto significado cuando las reservas del centro imperial no alcanzan para más de diez años y las fuentes alternativas de aprovisionamiento son cada vez más lejanas, problemáticas e inciertas, toda vez que el Medio Oriente y Asia Central ha entrado en un ciclo de creciente inestabilidad política. El petróleo venezolano puede llegar a Houston en cuatro o a lo sumo cinco días de navegación, transitando por el Caribe – que el Pentágono y los estrategas del imperio definen como un “mar interior” de Estados Unidos – completamente monitoreado e controlado por un rosario de bases navales que lo conviertan en la ruta marina más segura del planeta. El proveniente del Medio Oriente, en cambio, emplea más de treinta, casi siempre unos treinta y cinco días para llegar a destino, y debe sortear obstáculos de todo tipo (por ejemplo, atravesar el Estrecho de Oruz o, al dar la vuelta por el Cuerno de África, enfrentarse a los piratas somalíes) y trasitar por una ruta mucho más larga y de fletes más costosos que la que se origina en Venezuela (op. cit., p. 70).

⁶ De acuerdo con informaciones proporcionadas por el Mineral Information Institute de Estados Unidos, este país debe importar el 100% del arsénico, columbo, grafito, maganeso, mica, estroncio, talantium y trium que requiere, y el 99% de la bauxita y alúmina, 94% del tungsteno, 84% del estaño, 79% del cobalto, 75% del cromo y 66% del níquel. Como asegura esta institución, cada estadunidense que nace consumirá a lo largo de su vida 1.315.000 kilogramos de minerales, metales y combustibles: 415 kilogramos de cobre, 544 de zinc, 14.530 de mineral de hierro, 5,93 millones de pies cúbicos de gas, 272.597 litros de petróleo, 244.335 kilogramos de carbón, y así sucesivamente. Estos datos ilustran con elocuencia el enorme peso que ejerce sobre el planeta Tierra el sostenimiento del patrón de consumo establecido por el capitalismo norteamericano, tan sólo en Estados Unidos. Huelga añadir que los países latinoamericanos son grandes productores de la mayoría de estos minerales, metales y combustibles requeridos por el consumidor estadunidense (op. cit., p. 72-73).



“É a causa disso que se tem produzido nos últimos anos uma vigorosa **militarização das relações hemisféricas**” (BORON, 2012, p. 74. Grifos nossos e tradução nossa).

Nessas circunstâncias, quase cem anos depois da mensagem de Roosevelt, ao final do século XX e início do XXI, temos alguns atores que estão engajados no discurso dessa doutrina, sendo a militarização com o Plano Colômbia fruto desses princípios. É o caso do ex-presidente Bill Clinton (1993-2001) que interviu na soberania nacional colombiana e o “iniciador” do Plano Colômbia; do secretário de Estado, agora do ex-presidente George W. Bush (2001-2009), Colin Poweel, que reforçou a importância da América Latina e do Caribe para os EUA com atrevimento de aprovar o mais rápido possível a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) sem o consentimento dos países latinoamericanos; do próprio Bush com a acentuação da “guerra global ao terror”; e da ativa participação de outro ex-presidente, Barack Obama (2009-2017).

Os três ex-presidentes citados, concomitantemente com os outros três ex-presidentes colombianos, Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018), navegando sobre a doutrina *Respice Polum*⁷, foram imprescindíveis para a articulação da implementação do Plano Colômbia, o que o tornou um instrumento de militarização na América Latina através de um plano de RPM. Assim, para Caycedo (2005):

o Plano Colômbia, posto em prática durante as administrações Pastrana-Clinton em 2000, e concebido como um **plano contra-insurgente sob o disfarce de um plano antinarcótico**, alterou seus objetivos de primeiro plano para destacar o antiterrorismo como elemento central principalmente por duas razões: a mudança no enfoque estratégico de Washington e a mudança interna na orientação político militar do regime colombiano. Ambas as mudanças estão relacionadas; cada uma delas tem a ver com visões convergentes, mas distintas. A primeira acenta as bases do domínio mundial e fornece **instrumental** para seus auxiliares regionais; a segunda olha pra dentro, com a ideia de resolver com mãos alheias e ajuda exterior os conflitos históricos sociopolíticos internos e a incapacidade de gerar uma liderança regional correspondente a sua potencialidade geopolítica estratégica. A interação destas duas condutas afeta negativamente a região, a América Latina e o Caribe em seu conjunto, quando conduz à “**internacionalização ativa**” do conflito, no mesmo momento e processo em que se tenta montar uma integração hemisférica fundada em acordos bilaterais de livre comércio – e na sua potencial sistematização na ALCA – como expressão da hegemonia dos Estados Unidos (p. 57. Grifos nossos).

Nessa condição, antes de passarmos para a internacionalização do conflito armado colombiano, denunciando como os EUA forçosamente queriam “resolver” os problemas internos da Colômbia, não respeitando a soberania do país e, por muito menos, os contextos

⁷ A doutrina *Respice Polum* teve início no governo colombiano de Marco Fidel Suarez (1918-1922) e predominou na diplomacia colombiana ao longo do século XX. Através dessa doutrina, o país adotaria um alinhamento pleno às demandas dos EUA relacionadas à sua política externa, sob a convicção de que, além de pertencer à esfera de influência da “estrela polar do norte”, a Colômbia poderia tirar grande proveito dessa associação (SANTOS, MARCELO, 2010).

histórico-sociais que desencadearam na luta social armada, acreditamos ser extremamente relevante analisar esse âmbito sob o conceito de escala.

Nesse sentido, vamos pensar em uma escala geográfica a partir do ponto de vista de uma dimensão de um fenômeno que, através de uma concepção marxista de reprodução social, seria a “escala de preocupações humanas” (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983), além de ser mediadora entre a intenção e a ação, pois “nenhuma ação é possível sem sua prévia representação” (op. cit., p. 133), já que “a representação compõem o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder” (RAFFESTIN, 1993).

E para o contexto colombiano, que tem sido apresentado até aqui e a representação do Plano Colômbia como instrumento de poder, vamos nos apoiar na expressão adotada por Souza (2013) ao analisar a escala sob uma “construção social da(s) escala(s)”, isto é:

que as escalas de análise não são imutáveis nem muito menos “naturais”; elas são, muito pelo contrário, produtos de mudanças tecnológicas, modos de organização humana e da luta política. (...) a escala não é uma categoria pré-existente, apenas à espera para ser aplicada, mas sim um modo de contextualizar concepções da realidade. Isso significa que diferentes escalas constituem e são constituídas através de uma estrutura histórico-geográfica de interações sociais. O que esse tipo de observação quer dizer (...) é que não apenas a natureza de interação entre as escalas, mas também o peso de cada uma delas e até mesmo a abrangência física de algo como “escala local”, “escala regional” ou “escala nacional” não está fixado de uma vez por todas, sendo pelo contrário, parte do processo de criação histórica. Esse é o sentido da expressão “construção social da(s) escala(s)” (p. 191).

Assim, é lícito dizer que o mesmo autor afirma que atrelada à “construção social da(s) escala(s)” existe uma “política de escalas” que é atribuída a um conjunto entre “*a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc)*” (op. cit., p. 196. Grifado no original).

Logo, vale lembrar que a política contra-insurgente dos EUA na América Latina tem início ainda na década de 1960, com a Aliança para o Progresso, desenvolvida com a ajuda de um militar da reserva, o general Maxuel Taylor, que modificou a concepção do tratamento da “ordem pública” da Colômbia para destruir ou dispersar os núcleos de organização do campesinato com as guerrilhas de esquerda. Os fatores externos para conter o anticomunismo da estratégia estadunidense provocaram uma ação político-militar para tentar aniquilá-los.

Assim, “a teoria contra-insurgência tratava-se de remodelar a instrução militar do continente, adaptando as Forças Armadas latino americanas à luta anti-guerrilha”

(SCHILLING, 1991, p. 51). Então, nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da bipolaridade da Guerra Fria, para esse primeiro momento, os conflitos com as guerrilhas armadas entram na modalidade de CBI. Mas, agora, com um adendo:

a doutrina da contra-insurgência fez com que não apenas a política externa dos Estados Unidos retomasse os princípios intervencionistas como implicasse ainda em uma reciclagem da função das forças armadas latino americanas. O militares não seriam apenas os guardiões das normas constitucionais, mas passariam a exercer eles próprios o poder (op. cit., p. 52).

Os esforços militares, de caráter político contra-insurgência, queriam derrotar a luta guerrilheira sem nenhum tipo de negociação, a não ser a rendição desses grupos. E a partir da década de 1980, com o governo colombiano de Belisario Betancur (1982-1986), que se tem o primeiro reconhecimento em ver a guerrilha armada de esquerda como uma possível fonte de interlocução para promover mudanças sociais e institucionais, dando início a um eventual acordo de paz no país, mesmo com o movimento contra-insurgente dos EUA.

Por esse ângulo, a escala à nível nacional, com sua dada importância, se caracteriza “por ser um território ocupado por um Estado formalmente soberano” (SOUZA, 2013, p. 210). Porém, os EUA com suas políticas externas de segurança, invadem territórios e fronteiras de Estados nacionais desconsiderando soberanias e defesas de países latino americanos. Logo, a escala internacional pode ser a melhor que representa a conjuntura que estamos abordando. Esta escala, por sua vez, acaba se desdobrando em outras duas variáveis: a escala (ou nível) de grupos de países e a escala (ou nível) global.

A escala de grupo de países corresponde aquela que agrega dois ou mais países formando um grupo com critérios dos mais diversificados, dentre os quais, pode ser uma combinação de aspectos políticos e econômicos, como um bloco econômico, ou um aspecto político-estratégico-militar, como a OTAN e o próprio Plano Colômbia.

A outra escala internacional, de nível global, compreende à fenômenos de ordem econômica no âmbito do sistema capitalista (a globalização econômico-financeira) ou a uma área de abrangência de uma entidade mundial. Mas, como demonstrado por Souza (2013):

A relevância da escala global é dupla: por um lado, pode ser o nível na qual a dinâmica do sistema mundial, a qual interfere nas dinâmicas nacionais e subnacionais, se realiza em sua plenitude (...); por outro lado, devido ao fato de que entidades e organismos mundiais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial exercem um efeito de orientação e coordenação, em matéria de política econômica e de outros tipos de políticas, setoriais ou espaciais (p. 213-214).

Assim, antes mesmo da década de 1990 com a interferência dos EUA com o Plano Colômbia na América Latina, o caso colombiano tanto se enquadra a uma escala internacional



de grupos de países, afetando nas dinâmicas nacionais em território colombiano, e consequentemente influenciando no conflito interno do país sulamericano, quanto numa escala global de ordem econômico-financeiro. As figuras 01 e 02, respectivamente, nos mostram em detalhes esses níveis de escala.

Na figura 01, o Plano Colômbia como uma representação política-estratégica-militar entre os EUA e a Colômbia, e a Coluna Móvel Teofilo Forero⁸ das FARC-EP que representa um grupo armado de esquerda também de cunho político-estratégico-militar, são dois pontos no espaço que atuam diante da escala internacional através de aspectos políticos que provocaram mais instabilidade em território colombiano.

Figura 01: Plano Colômbia como intervenção gringa



Fonte: Instituto de Estudos Latino Americanos – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Um dado adicional, é que o raio de ação dessa coluna móvel centrou-se na chamada “zona de distensão”⁹, uma zona desmilitarizada entre o governo colombiano e o secretariado das FARC para realizar os primeiros diálogos para estabelecer o acordo de paz. Sua base estava localizada em Algeciras, no Departamento de Huila, onde incluía um corredor que passava pelos municípios de San Vicente del Caguan, El Doncello e Porto Rico, dentre outras cidades vizinhas.

⁸ A criação dessa Coluna móvel foi uma resposta da secretaria das FARC às três brigadas móveis criadas pelo governo do ex-presidente César Gaviria (1990-1994) para combatê-las e foi batizada com esse nome em memória do secretário nacional da organização do Partido Comunista Colombiano, Teofilo Forero, assassinado em Bogotá em fevereiro de 1989.

⁹ A “zona de distensão”, foi uma zona desmilitarizada em San Vicente del Caguan, no Departamento de Caquetá, concedida pelo governo do ex-presidente Pastrana (1998-2002) através da Resolução 85 de 14 de outubro de 1998, para avançar nos diálogos e no processo de paz com as FARC-EP, cujo intuito era pôr fim ao conflito armado colombiano. Essa zona foi criada em novembro de 1998 e entrou em vigor em janeiro de 1999, oito meses antes da implantação do Plano Colômbia. Compreendia uma área de, aproximadamente, 42.000 quilômetros quadrados e era composto pelos municípios de La Uribe, Mesetas, La Macarena e Vista Hermosa no departamento de Meta. A zona foi extinguida em fevereiro de 2002, meses antes do fim do mandato de Pastrana.



Na figura 02, de junho de 1999, ocorre uma reunião entre Richard Grasso (esquerda), presidente da Bolsa de Valores de Nova York na época, e o ex-comandante Raúl Reyes (direita), um dos principais líderes e porta-voz internacional sobre os mais diversos acordos e assuntos internacionais envolvendo as FARC. Grasso proclamou que o pacto com Reyes exemplificou a estratégia de Wall Street de ser “muito agressiva na tentativa de buscar mercados e oportunidades internacionais”¹⁰. Na ocasião, o ex vice-presidente de Relações Internacionais da Bolsa, Alan Yves Morvan, e o chefe de Segura e Proteção, James Esposito, o acompanharam¹¹.

Figura 02: “El abrazo de Grasso”



Fonte: Executive Intelligence Review

A reunião na selva amazônica, batizada como “El abrazo de Grasso”¹², representou uma proximidade entre os mercados financeiros de nível global e o narcotráfico internacional. Para tanto, nessa via de mão-dupla da escala internacional, o avanço da militarização dos EUA sobre os territórios da América Latina também pode ter sido responsável por fortalecer, em parte, o mercado internacional do narcotráfico colombiano. Santos (2007) declara que:

há várias décadas, a Colômbia convive com o problema de economias ilícitas no seu território, entre elas o narcotráfico, que se intensificou em meados dos anos 1970. As ações repressivas do governo dos EUA no México e na Jamaica, no final da década de 1960 e início da década de 1970, levaram a uma migração das plantações de maconha para o Departamento colombiano de La Guajira, fortalecendo as atividades dos narcotraficantes colombianos. Quando, no final dos anos 1970, a demanda norte-americana por cocaína superou a maconha, os narcotraficantes colombianos substituíram os pioneiros cubanos de Miami no tráfico de cocaína para os EUA. Inicialmente, as máfias colombianas importavam da Bolívia e do Peru, milenares produtores de folha de coca, a pasta-base da coca, que era refinada e transformada em cloridrato de cocaína para ser exportada aos EUA através de rotas

¹⁰ Disponível em: https://larouchepub.com/eiw/public/2008/eirv35n11-20080314/eirv35n11-20080314_046-raul_reyes_and_the_grasso_abrazo.pdf

¹¹ Ver EIR (2001). https://larouchepub.com/spanish/other_articles/2008/0401_grasso_defiende.html

¹² Ver EIR (2001).

pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá. Ao longo da década de 1990, a política norte-americana de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru sob pena de perderem a Certificação, resultou numa migração das plantações para as regiões sul e central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Chocó, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca (p. 173-174).

Nesse momento oportuno para a política externa de segurança dos EUA, em 1996, é realizada, em Lima, na capital peruana, a Conferência Especializada Interamericana sobre Terrorismo e planos de ação para a Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo. Os EUA se viram na necessidade de reinventar um novo inimigo dentro do código geopolítico da prevenção com o “fim” da Guerra Fria, já que a perseguição a uma possível ameaça comunista não existia mais. E é nesse ápice que a internacionalização do conflito armado colombiano passar a ser ainda mais impulsionada dentro dos bastidores de Washington. “Sem” a sombra da URSS, o inimigo agora torna-se outro: os grupos de guerrilha armada de esquerda da Colômbia.

Em processos contraditórios, nessa escalada para a internacionalização do conflito colombiano, no campo da escala internacional, em 1997, o ELN e as FARC foram declaradas como organizações terroristas pelos EUA¹³, designação que reforçou o apoio de Washington à luta do governo colombiano contra esses grupos. Então, nesse período:

antes dos contatos diretos dos barões de Wall Street com o narcotráfico na Colômbia, Londres orquestrou uma campanha para proteger o regime do presidente Ernesto Samper Pizano (1994-1998), do qual o governo Clinton nos EUA havia apontado a sua aberta conivência com os cartéis do narcotráfico. Para isto, a Câmara dos Lordes chegou a organizar uma comissão de defesa de Samper Pizano. A partir daí ocorreu uma mudança drástica na política estadunidense para a Colômbia, que, durante todo o governo Pastrana, passou a promover preferencialmente o “diálogo” com a narcoguerrilha das FARC e do ELN (EIR, 2001, p. 170).

Assim, no governo de Pastrana foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – “*Cambio para construir la paz 1998-2002*” para negociar com os movimentos insurgentes de esquerda. O plano, como uma espécie de “*Plano Marshall*”, presumia ampliar programas de desenvolvimento social e econômico entendendo que o combate direto com o narcotráfico era uma questão “secundária”. Essa condição preocupou os EUA que aprovaram uma resolução para cortar de imediato a assistência de antinarcóticos para a Colômbia, caso as iniciativas do ex-presidente fracasassem e os grupos guerrilheiros de esquerda interviessem no processo da erradicação militarizada nas plantações de coca. Com isso:

a “diplomacia por la paz” do governo Pastrana formalizou a internacionalização do conflito colombiano ao passo que solicitou cooperação de múltiplos atores externos, no entanto, com a falta de envolvimento da comunidade internacional, sobretudo no

¹³ Disponível em: <https://www.state.gov/foreign-terrorist-organizations/>

auxílio financeiro e as dificuldades estruturais para cumprir os objetivos declarados, inviabilizou-se a estratégia inicial do governo, resultando numa relativa ineficácia. Assim, altera-se a perspectiva a ponto de recorrer a uma aliança tática com os EUA, de modo que, na busca pela resolução de seus problemas internos, adotou-se uma linguagem que os norte-americanos estariam dispostos a cooperar: o governo colombiano apresentou a Colômbia como um país “problema” que era incapaz de garantir o monopólio estatal do uso da força e promover o controle do território frente o avanço do poder do narcotráfico e das guerrilhas (MERCADANTE, 2019, p. 9).

Portanto, em setembro 1999, o Plano Colômbia é lançado sobre o discurso dispendioso de uma política de estratégias antinarcóticos e de erradicação (militar) de cultivos de coca, com dois componentes essenciais: um militar e outro social. Além dos EUA, contou com o financiamento da União Europeia, de países europeus de fora do bloco, Japão e algumas agências multilaterais.

Os meios de comunicação conseguiram, com sucesso, distrair a opinião pública da escalada militar em curso e os seus possíveis efeitos econômicos, sociais e ambientais com as fumigações generalizadas com glifosato¹⁴ (ÁLVAREZ, 2002). De início, os oficiais do governo colombiano insistiram em dizer que o conjunto do Plano Colômbia seria 25% militar e 75% econômico e social. Mas, a contribuição de Washington para o Plano seria ao contrário: 80% da ajuda, entre 2000 e 2001, beneficiava os setores militar e policial (VAICIUS, 2002). De acordo com Carvalho (2010):

Na América Latina, as relações entre Estados Unidos e Colômbia exemplificam como determinados objetivos da política externa estadunidense são alcançados com a combinação de diferentes ações. O Plano Colômbia, por exemplo, materializa as políticas de combate ao narcotráfico aplicadas pelos Estados Unidos articulando, no plano interno, ações voltadas para a produção de um eficiente arsenal discursivo de combate às drogas. Para isso, justifica-se o dispêndio de um volume maior de recursos, cuja aprovação depende da capacidade do executivo em obter o apoio do legislativo (muito influenciado pela opinião pública) para aprovação de leis visando, no âmbito do Congresso Nacional estadunidense, uma maior dotação orçamentária para a indústria bélica e para empréstimos aos Estados que serão alvo da ação preventiva dos Estados Unidos (p. 134).

Nessa virada de milênio, incidem o andamento do Plano Colômbia, a partir dos anos 2000, e os impactos relacionados aos eventos nas torres gêmeas no dia 11 de setembro de

¹⁴ El glifosato, como es un herbicida no selectivo, su utilización debe contemplar parámetros técnicos, su uso debe ser mediante aplicaciones dirigidas ya sea con mangueras o pistolas y, en lo posible, por aspersión terrestre para evitar contaminar otras especies vegetales, animales y cuencas hídricas. La fumigación aérea supondría la existencia únicamente de monocultivos ilícitos de gran extensión y ubicados en lugares de difícil acceso, suposición equivocada que ha conllevado a atacar todo tipo de cultivos de manera indiscriminada, dejando de cumplir la única función para lo cual se ha legitimado su uso: erradicar los cultivos ilícitos. Todo el entorno es afectado desfavorablemente: la flora, la fauna, el equilibrio ambiental, las cuencas hídricas, el suelo; lo que se traduce en deforestación, erosión, agotamiento de fuentes de agua, pérdida de la biodiversidad, contaminación y disminución de alimentos. En su conjunto significa deterioro de la salud y calidad de vida de los colectivos (disponível em: <http://www.mamacoca.org/ed-especial1/tcap05.htm#fn1>).

2001 em Nova York. A nova matriz que predomina na política externa dos EUA, a doutrina de “guerra ao terror”, altera as estruturas e os processos do conflito armado colombiano, levando à cabo a sua internacionalização.

“Nisso reside a mudança de ênfase do Plano Colômbia em relação à ação contra-insurgente sob o rótulo antiterrorista. O CBI é elevado à categoria de representante da política exterior do país, sob a forma de um programa de erradicação de cultivos de uso ilícito (ver mapa 12), no contexto da luta antinarcóticos, mas a nova ênfase desmantela a aparência exclusivamente antinarcóticos e desvenda a verdadeira orientação de fundo” (CAYCEDO, 2005, p. 60). Continua o autor:

a virada à qual aludimos significa o convencimento e a decisão dos governantes de pôr fim, de maneira taxativa e definitiva, à luta armada guerrilheira. O regresso à velha postura conta agora com fatores externos de impulso: o intervencionismo militar e a aliança estratégica implícitos no Plano Colômbia; a nova doutrina de Washinton; as mudanças introduzidas pela ajuda militar, armamentista e tecnológica no quadro geral do enfrentamento. A presença de empreiteiros e mercenários estadunidenses marca um fato novo no processo atual. A ampliação da guerra aérea, que predomina sobre ações em terra, o aumento da ajuda para inteligência militar em tempo real, o desdobramento da política de “segurança democrática” em termos de rede de informantes, cooperadores e soldados camponeses, que integram e institucionalizam parte dos aparelhos paramilitares na política oficial, mostram uma modificação na estratégia, um compromisso maior e uma exigência crescente de resultados por parte das forças militares do país (*ibid*, p. 62).

O Plano Colômbia foi uma das primeiras experiências militares dos EUA na América Latina no século XXI. Trata-se de um plano de *Reposicionamento Político-Militar* (RPM), isto é, um plano estratégico do ponto de vista da sua política externa de segurança, que tende a reafirmar seu campo político hegemônico no hemisfério ocidental através de um reordenamento territorial para reforçar o campo militar para a capacidade de combate das forças estadunidenses e de seus aliados.

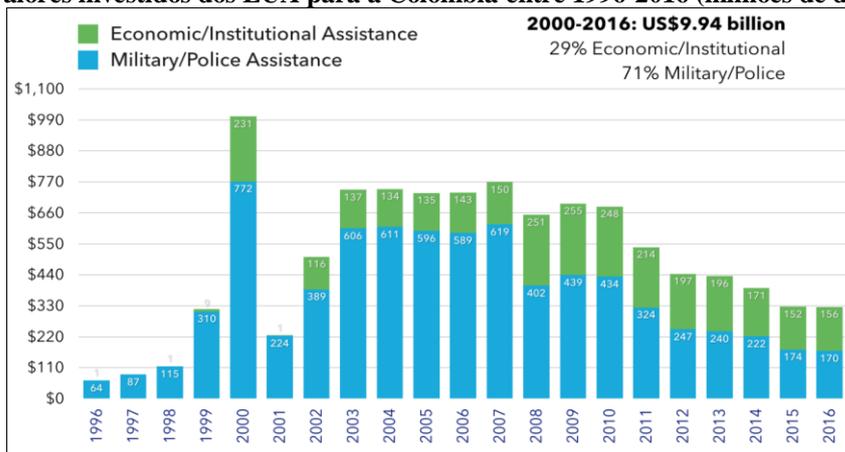
Assim, como afirmado por Haesbaert (2006), “a “ordem” vem sempre acompanhada de seu par indissociável, a “desordem”, que não deve simplesmente, a priori, ser combatida, pois ela pode estar sendo a manifestação de uma nova ordem, de um novo ordenamento” (p. 117). Para Carvalho (2010):

(...) no plano externo, a política estadunidense de combate ao narcotráfico se insere nos processos mais gerais de recolonização militar da América Latina e o Estado colombiano representa uma espécie de “cabeça-de-ponte” desse projeto. Através do Plano Colômbia, por exemplo, os Estados Unidos têm injetado uma quantidade considerável de recursos para a modernização do aparato bélico colombiano (cujas armas e equipamentos militares são adquiridos junto às fábricas de armamentos estadunidenses); combatem as duas guerrilhas esquerdistas atuantes no país (as FARC-EP e o ELN) que controlam uma significativa extensão do território; e ainda, conseguiram a autorização do governo colombiano para a instalação de novas bases militares no país, o que tem gerado a insatisfação dos países vizinhos que acusam a Colômbia e os Estados Unidos de iniciarem uma escalada militar na região (p. 134).

O Plano Colômbia, como instrumento de militarização, combina um arcabouço de estratégias para a acumulação de capital, reordenando a instrumentalização do espaço (latino americano, penetrando por dentro e por fora, dominando riquezas naturais, “posicionando-se com tropas e equipamentos a espera do momento oportuno para passar a ofensiva” (BORON, 2012, p. 75), remodelando as medidas do uso dos meios de comunicação das doutrinas que sustentam essa estratégia.

O gráfico 01 mostra a expressividade dos valores investidos pelos EUA na Colômbia ao longo de 1996 até 2016. Nesse intervalo de 20 anos, os setores militares e policiais (azul) foram em todos os anos subseqüentes os que mais receberam investimentos, com 71%, enquanto os setores econômicos e instituições destinadas à assistências sociais e aos direitos humanos (verde) receberam apenas 29%.

Gráfico 01: Valores investidos dos EUA para a Colômbia entre 1996-2016 (milhões de dólares)



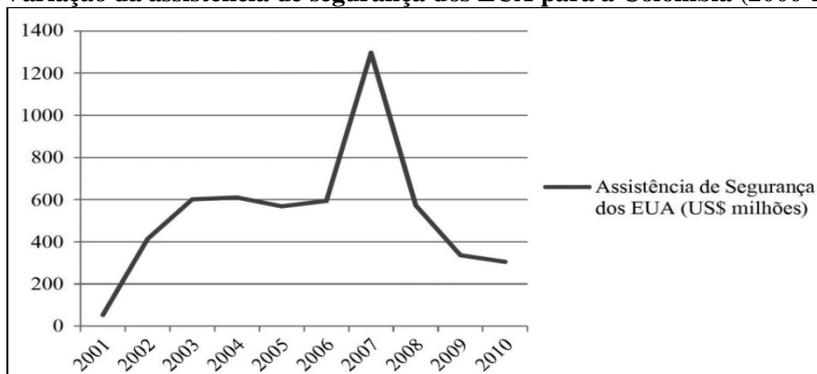
Fonte: www.securityassistance.org/Colombia. Adaptado pelo autor.

Já os dois gráficos seguintes mostram dados retirados do Monitor de Assistência de Segurança (SAM¹⁵, sigla em inglês) com as variações em relação à assistência de segurança dada as Forças Armadas e a Polícia Nacional da Colômbia e podem ser explicados devido a algumas mudanças ocorridas na própria política externa dos EUA. O gráfico 02, referente ao período 2000-2011, mostra que a partir de 2001 houve um aumento do volume de assistências, muito em função da política de “guerra ao terror” adotada por Bush e como visto com a internacionalização do conflito armado colombiano, se mantendo praticamente estável até o ano 2006.

¹⁵ O SAM se refere a um programa criado em 2000 pelo Centro de Polícia Internacional (CIP) para monitorar as assistências militares e policiais, bem como a venda de armas dos EUA para o mundo todo.



Gráfico 02: Variação da assistência de segurança dos EUA para a Colômbia (2000-2010)



Fonte: Santos Filho e Cepik (2020). Retirado de: SAM. Adaptado pelo autor.

O ano citado se refere ao início do segundo mandato do ex-presidente Uribe (2006-2010) que, desde o seu primeiro governo (2002-2006), manteve uma postura de rompimento de diálogos com os grupos de guerrilha de esquerda declarando abertamente guerra aos mesmos, além da criação do “*Programa Estratégico de Seguridad Democrática*” ou também conhecido por “*Política de Segurança Democrática*”¹⁶. No ano de 2008, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelos EUA com a crise econômica global/neoliberal, que se refletiu nos dois anos seguintes de seu governo, o orçamento anual das assistências militares e policiais para o Plano Colômbia teve a uma queda vertiginosa.

No gráfico 03, referente ao período 2011-2018 e quando assumem as presidências estadunidense e colombiana, respectivamente Barack e Santos, ainda é possível verificar uma tendência de declínio nos investimentos no setor de defesa, tanto pela incumbência dos efeitos gerados na crise de 2008 quanto pela retomada de diálogos com as FARC pelo lado do governo da Colômbia.

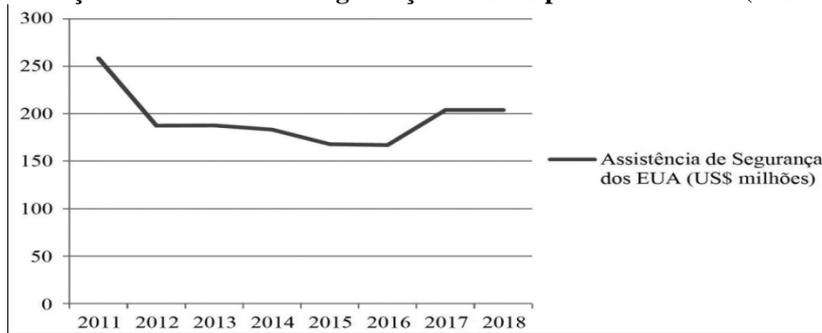
Ainda a respeito desse período:

no que se refere aos valores da assistência na área de segurança, percebe-se uma continuação da tendência de queda, de US\$ 305,3 milhões em 2010 para 187,5 milhões em 2012. A partir de 2013 houve estabilização nos valores, chegando a US\$ 203,9 milhões em 2018. Predominou a assistência antinarcóticos nos valores

¹⁶ Na carta de apresentação da política de segurança democrática em 16 de junho de 2003, o presidente Uribe enfatizou que a preocupação central do governo é “recuperar a ordem e a segurança – requisito essencial para a vigência real das liberdades e direitos humanos”. O objetivo geral desta política que “é uma política de Estado de longo prazo...”, “é reforçar e garantir o Estado de Direito em todo o território, mediante o fortalecimento da autoridade democrática...” para que se possa cumprir com o propósito da segurança democrática que é “a proteção de todos e cada um dos habitantes de Colômbia”. Esta política se centra em três pilares: a proteção dos direitos de todos os cidadãos; a proteção dos valores, da pluralidade e das instituições democráticas; e a solidariedade e a cooperação de toda a cidadania em defesa dos valores democráticos, pois a participação democrática requer o desempenho de um papel ativo em todos os assuntos públicos, e na defesa das liberdades de todos (PAGLIARI, 2009, p. 171). Essa política de Estado, mais tarde, “serviu” de inspiração para a implantação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP) nas favelas da cidade do Rio de Janeiro nos anos 2000. Ver mais em Rego-Monteiro (2014).



Gráfico 03: Variação da assistência de segurança dos EUA para a Colômbia (2011-2018)



Fonte: Santos Filho e Cepik (2020). Retirado de: SAM. Adaptado pelo autor.

repassados para a Colômbia, equivalente a 77,5% do auxílio norte-americano. Em relação ao número de militares colombianos treinados, houve uma significativa redução, passando de 4.249 em 2010 para 1.524 em 2018. Por outro lado, apesar de ter continuado a ser o principal país da região a receber treinamento de instrutores dos EUA, em termos relativos, houve uma diminuição importante na sua posição, sendo responsável por 31,8% do total regional. No que tange à aquisição de armamentos e demais equipamentos militares pela Colômbia, dois fatos se destacaram. Em primeiro lugar, apesar de os EUA terem continuado a ser o principal fornecedor, percebeu-se nitidamente uma diversificação de parceiros comerciais. Enquanto em 2010 eram responsáveis por 65,2% das importações de material de defesa, passaram a responder por 35,2% em 2018. (SANTOS FILHO e CEPIK, 2020, p. 11).

Como dito em linhas anteriores, Santos busca uma política de reaproximação com as FARC, cuja havia sido abolido no governo anterior, sendo determinante para esse declive apresentado no gráfico 03. No ano 2012, inicia-se o Acordo de Paz entre o governo colombiano e as FARC e que só fora assinado em 2016 em Havana (Cuba). O documento, denominado de “*Acuerdo General para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*”, foi considerado também o consequente fim do Plano Colômbia em 2015. O que consideramos ser um grande equívoco. Pois, no ano de 2018, ao final do mandato de Santos, a Colômbia formalizou seu ingresso na OTAN e se converteu em sócia global dessa organização militar, se tornando o primeiro país da América Latina a ganhar essa condição.

Ser membro da OTAN é um direito reservado apenas aos países europeus, aos Estados Unidos e Canadá, mas permite à Colômbia acessar uma série de importantes relações de cooperação para garantir a defesa de seu território, alinhada a política externa e a militarização estadunidense na América Latina. Atualmente, recebem esse título, além da Colômbia, Austrália, Coreia do Sul, Iraque, Japão, Mongólia e Nova Zelândia. Portanto:

é racional que um ator periférico decidiu ingressar em uma organização multilateral para posicionar subsidiariamente seus interesses (...) na medida em que é protegido pelos interesses do hegemom. A Colômbia, de fato, decidiu abrir um caminho como um parceiro global da OTAN para encontrar um espaço prático e de baixo custo ao definir sua agenda. (...) fica aberta a discussão sobre a relevância da associação



subsidiária de países periféricos para organizações como a OTAN. Em outras palavras, é totalmente útil que a Colômbia queira incorporar-se como parceiro estratégico global da OTAN, para que a organização canalize seus interesses, enquanto as aspirações da Colômbia seguem uma linha semelhante à dos Estados Unidos, o que é altamente possível a partir da nossa tradicional propensão pela doutrina Respite Polum (olhe para o norte) (GONZÁLES MARTINÉZ, 2022, p. 92-94. Tradução nossa).

Logo, para o mesmo autor esse pacto da OTAN com a Colômbia por ser tanto uma estratégia de dissuasão como também de contenção. A estratégia de dissuasão funcionaria como uma ferramenta de desistência do adversário em uma ação contra seus próprios interesses, ou seja, impede a ação sob pena de punição sem significar uma ameaça direta. Ela é uma tática sutil que incorpora diplomacia e poder militar.

Essa dissuasão também seria o resultado do equilíbrio entre a política externa, a diplomacia e as armas, em que a anexação da Colômbia ao pacto como parceiro global se supõe, não apenas a realização de seus interesses nacionais através da aliança, mas sim o fortalecimento de sua posição como ator no cenário regional para projetos políticos e ideológicos antagônicos na região (GONZÁLES MARTINÉZ, 2022, p. 95).

Assim, reforçamos que para além das estratégias de dissuasão e contenção dita por Gonzáles Martinéz, a entrada da Colômbia na OTAN, em grande medida, é pautada no código geopolítico global da prevenção implementada para o pós Guerra Fria. E o Plano Colômbia, como um plano de RPM, de médio a longo prazo, foi um dos principais projetos militares que deu esse status ao país andino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mudança de reorientação do Plano Colômbia sob a ótica da política externa de segurança dos EUA na virada deste último milênio, saindo da condição de CBI e elevado à “guerra ao terror”, a Colômbia tem sido uma das fortes aliadas estadunidenses na América Latina nas décadas que se seguem no século XXI. E durante o “tempo” de vigência do Plano Colômbia, aqui se referindo ao período de 15 anos considerado entre os ex-presidentes apresentados que comporam esse bloco de poder, o fortalecimento das Forças Armadas colombianas e da Polícia Nacional são perceptíveis, mesmo ocorrendo algumas oscilações em relação à assistência de segurança.

Com a assinatura do Acordo de Paz em 2016, muito se comemorou o fim do Plano Colômbia. O documento oficial chamado “*Plan Colombia: una alianza exitosa*”¹⁷ de 2015, elaborado entre os governos dos EUA e da Colômbia, foi o documento que o deu como encerrado. Em seu último capítulo, o terceiro, foi intitulado de “*El fin del conflicto armado*”. Porém, após a assinatura do Acordo, novos hematomas surgem e velhos problemas persistem, como a dissidência das FARC e a criação da “Segunda Marquetalia”¹⁸, o aumento considerável dos paramilitares no território colombiano, o aumento de problemas de saúde (dermatológicos e respiratórios principalmente) de camponeses e trabalhadores que entraram em contato com o glifosato despejado durante o programa de erradicação, além do aumento dos deslocamentos internos causados por vários tipos de violência no país sulamericano.

Portanto, o Plano Colômbia, como um instrumento de militarização estadunidense na América Latina e sendo um plano de RPM no hemisfério ocidental, propiciou a entrada da Colômbia na OTAN como sócia global em 2018 e asfixiou mais ainda o conflito armado colombiano com sua internacionalização.

No ano de 2020, foi lançado o plano “Colômbia Cresce”¹⁹ sendo mais um plano estratégico político-militar entre os ex-presidentes dos EUA e da Colômbia, Donald Trump (2017-2021) e Iván Duque (2018-2022), respectivamente. O “novo” plano foi anunciado com entusiasmo pela imprensa como o “novo Plano Colômbia” e o “novo inimigo” seria o país vizinho, a Venezuela do presidente Nicolás Maduro (2013-). O projeto militar Plano Colômbia pode ter mudado de nome, mas sua essência ancorada ao código geopolítico global da prevenção continua à pleno vapor.

¹⁷ Ver mais em: <https://online.fliphtml5.com/eaza/iunr/#p=34>

¹⁸ Em 29 de agosto de 2019, através de um vídeo de 32 minutos divulgado na internet, feito em algum lugar na fronteira entre a Colômbia e Venezuela, cercada por um grupo de ex-comandantes das FARC, Iván Márquez, o ex-número 2 da organização e uma das vozes diretas e representações do grupo nas negociações do Acordo de Paz de 2016, anunciou o retorno às armas apontando traições do Estado colombiano que não cumpriu com partes estabelecidas no Acordo. A “Segunda Marquetalia” se refere à Marquetalia, local de origem da criação das FARC na década de 1960. Em seu discurso, ao lado de outros líderes como Jesús Santrich e El Paisa, Márquez alegou que o Estado não cumpriu com suas obrigações mais importantes que seria garantir a vida de seus cidadãos e, principalmente, evitar assassinatos por razões políticas. A esse respeito, o mesmo qualificou como “desarmamento ingênuo” das FARC, já que os assassinatos não cessaram. Ainda de acordo com o ex-líder, em um intervalo de dois anos (2017-2019), mais de 500 lideranças de movimentos sociais e 150 membros das FARC foram mortos em meio à indiferença e indolência do Estado.

¹⁹ Ver mais em: <https://www.elespectador.com/politica/presidente-duque-y-mision-de-trump-lanzan-un-nuevo-plan-colombia-article/>



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ÁLVAREZ, J. E. Plan Colombia: Ensayos críticos. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 2001.

_____. El Plan Colombia y la intensificación de guerra: Aspectos globales y locales. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 1ª ed., 2002.

ARZATE, Iraís Fuentes. Geopolítica crítica: reflexiones teóricas sobre la espacialidad de la dominación. In: SALGADO, Gilda Guerrero; VALAREZO, Juan Carlos. Geopolítica, territorio y gobernanza multinivel. XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Centro de publicaciones PUCE, 1ª ed., 2022, p. 107-129.

BORON, Atilio A. América Latina en la geopolítica del imperialismo. 1ª ed. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

CAMACHO, Carlos. Respice Polum: las relaciones entre Colombia y EE. UU. en el siglo XX y los usos (y abusos) de una locución latina. Historia y Sociedad. 2010, p. 175-201.

CARVALHO, M. C. A. Metamorfoses de um Estado em um contexto liberal: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina. Tese de doutorado (UFF), 2010.

CAYCEDO, Jaime. Impacto regional do conflito colombiano na América Latina. In: CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (orgs). Hegemonias e emancipações no século XXI. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLASCO, 1ª edição, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. Hegemonias e emancipações no século XXI. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLASCO, 1ª edição, 2005. _____. Territorialidad de la dominación: la integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Observatorio Latinoamericano de Geopolítica (OLAG), 2007.

Executive Intelligence Review (EIR). Terror contra o Estado Nacional. Rio de Janeiro: Editora Capax Dei, Vol. 1, 2001. GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre (RS). L&PM, 2010.

Gobierno de la Republica de Colombia. Plan Colombia, 1999. Noviembre 13, 2007. Disponible en: <<http://www.derechos.org/nizkor/colombia/doc/planof.html>>. Ministerio de Defensa. Plan Colombia: una alianza exitosa. Bogotá, 2016.

GONZÁLES MARTÍNEZ, M. A., MONTERO MONCADA, L. A., REYES PULIDO, O. L., e MEJÍA ROSAS, J. L. Colombia y la OTAN: ¿Una alianza estratégica de disuasión o de contención? Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, nº. 17(1), 2022, p. 87-100.

HAESBAERT, R. Ordenamento Territorial. Boletim Goiano de Geografia, v. 26, p. 117-124, 2006.

HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América latina após o final da Guerra Fria. Estudos avançados, dezembro, vol. 16, n. 46, 2002.



MERCADANTE, M. A. F. Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. Revista Neiba - Cadernos Argentina-Brasil, v. 7, p. 1-16, 2019.

PAGLIARI, G. Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul (1990-2006). Tese de doutorado - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PINA, Rodrigo. Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico? Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2007.

RACINE, J-B; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 45, p. 123-135, 1983.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REGO-MONTEIRO, L. Rio de Janeiro “Tipo Colômbia”: jogo de escalas, controle territorial e segurança urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 16, p. 117-133, 2014.

SANTOS FILHO, J. E.; CEPIK, M. A. C. Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018). Meridiano 47 (UNB), v. 22, p. 1-17, 2020.

SANTOS, MARCELO. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 53, p. 67-88, 2010.

SCHILLING, V. EUA X América Latina: As etapas da dominação. Porto Alegre: Mercado aberto, 1991.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (Org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1, 2013.

VAICIUS, I. Una perspectiva hacia el entendimiento del Plan Colombia. In: El Plan Colombia y la intensificación de guerra: Aspectos globales y locales. Bogotá: UNAL. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 1ª ed., 2002.